SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 11 de setembro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO
A esperteza chinesa 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Indústria brasileira está sem crescer há três anos..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Importados derrubam uso da capacidade instalada 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Chanceler brasileiro alerta para risco de nova recessão 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO
Ministério Público teme explosão de gastos com a Copa 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO
Rio passa São Paulo e já atrai mais investimentos 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO
Empreendimentos crescem 42% no Brasil 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA CARTA CAPITAL
A história na mão 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

A esperteza chinesa

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Suely Caldas - O Estado de S.Paulo

Em discurso transmitido pela TV na véspera do Dia da Independência, a presidente Dilma Rousseff avisou em tom duro e afirmativo, de quem não quer deixar nenhuma dúvida: "Não vamos permitir ataques às nossas indústrias e aos nossos empregos e não vamos permitir jamais que artigos estrangeiros venham concorrer, de forma desleal, com nossos produtos". Empresários industriais aplaudiram. Em seguida ela prometeu: "Vamos ampliar e defender o mercado interno". Mais aplausos.

Divulgado dois dias antes, o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre comprovou uma desaceleração não esperada da **produção** industrial no País. Em compensação, as **importa**ções de bens de consumo cresceram 30,9% até agosto e os automóveis, com expansão de 44,4%, foram o item que mais pesou. Será que o aumento do consumo das famílias, detectado na pesquisa do **PIB**, vem sendo alimentado pelas **importa**ções? O economista Paulo Levy, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), é um dos que acreditam nisso. "O repique do segundo trimestre pode refletir um comportamento indesejado da demanda", analisou, ao observar que produtos **importa**dos estão suprindo o aumento do consumo.

O governo quer agir, impedir que se espalhe por outros setores industriais a "invasão" de **importa**dos até agora restrita. Mas sustenta que vai fazer tudo "dentro da lei", das regras permitidas pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC), e não vai apelar para artifícios de barreiras comerciais, tributárias e outras práticas protecionistas. Se assim for, parece não haver risco de um retrocesso inimaginável de voltar a fechar a economia ao exterior num mundo tão globalizado. Foi o que garantiu o secretário executivo do **Ministério** do **Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira, na última quinta-feira, ao correspondente do Estado em Genebra, Jamil Chade.

Se quer perseguir tal objetivo, a presidente precisa apontar para dois alvos: dar maior agilidade e eficiência ao funcionamento do nosso sistema de defesa comercial e, dentro dele, conceber tratamento mais duro para produtos originários da China, que aqui chegam a preços imbatíveis na concorrência com similares nacionais. O yuan desvalorizado, os baixos salários dos trabalhadores chineses e a triangulação com a Argentina para se livrar do imposto de **importa**ção são algumas das razões que tornam o produto chinês mais barato do que o nacional.

A China é, hoje, o maior parceiro comercial do Brasil. Entre janeiro e julho deste ano, nossas **exporta**ções cresceram 46% em relação ao mesmo período de 2010, somando US$ 24,436 bilhões. Embora o saldo - de US$ 6,748 bilhões - seja favorável ao Brasil, não há diversificação da pauta e 80% das nossas **exporta**ções estão concentradas em apenas três produtos: minério de ferro, petróleo e soja. São commodities que a China necessita para viver, alimentar-se, desenvolver sua indústria e gerar seus empregos. Aqui, ela não compra produtos industrializados com maior valor agregado. Mas, na direção contrária, os produtos chineses que chegam ao **Brasil** são manufaturas de alto padrão, como televisores, telefones e telas de LCD, de elevado valor agregado.

São anêmicos os resultados de entendimentos diplomáticos para a China passar a produzir aqui os produtos que **exporta**. Na visita que a presidente Dilma Rousseff fez a Pequim, em abril, ela assinou 20 acordos bilaterais e promessas de abertura de uma fábrica de soja na Bahia, outra de equipamentos de informação em Goiás e o polêmico investimento de US$ 20 bilhões da Foxconn, empresa que atua na montagem de produtos eletrônicos para as marcas Apple e Sony e que é conhecida mundialmente pelos inúmeros suicídios cometidos por seus empregados chineses. Até agora são projetos em estudo, promessas, nada de concreto.

Fragilidades. Enquanto os investimentos não chegam, as manufaturas chinesas chegam, questionadas por concorrentes nacionais que denunciam "práticas desleais" de **comércio**. Do total de 140 processos antidumping abertos pelo Brasil, desde 1980, 35% são contra a China. Na terça-feira passada, a Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) anunciou aumento, para 35%, da tarifa de **importa**ção para sete produtos, dos quais cinco originários da China, entre eles porcelanatos, pneus e bicicletas.

Apesar disso, a fragilidade do sistema de defesa comercial do **Brasil** impede uma reação mais eficaz contra o **comércio** desleal. Estudo da professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Vera Thorstensen, ex-assessora da missão do

Brasil na OMC, concluiu que, enquanto a Índia "não se esquiva" de se defender, o **Brasil** parece ter "politizado" sua defesa contra a China, temendo ferir suscetibilidades de seu maior parceiro comercial. Queixas da indústria nacional não faltam, mas os instrumentos de defesa (direitos compensatórios, antidumping, sobretaxas), além de tímidos, tornam-se ineficazes diante do yuan desvalorizado e do real apreciado, destaca a professora Vera.

Ela cita dados do Banco Mundial para comparar: de 820 investigações abertas contra a China no mundo, entre 1980 e 2010, os EUA lideram com 157; a Índia tem 133; a União Europeia, 130; e o **Brasil** tem apenas 47, atrás da Argentina e do México.

Diante de uma crise com expectativa de longa estagnação econômica nos países ricos e retração do **comércio** mundial, a presidente Dilma Rousseff quer, agora, impor maior agressividade na defesa comercial. Terá de derrotar as resistências políticas no governo e passar a tratar a China como parceiro comercial normal, e não especial. E dar musculatura ao frágil, jovem e inexperiente sistema de defesa comercial.

Enquanto em outros países esse sistema existe desde os anos 70, no **Brasil** sua estrutura só começou a ser montada em 1997, e até hoje é deficiente, precária, até amadora. Exemplo: o governo brasileiro levou 15 anos para descobrir uma desgastada e comum esperteza dos **importa**dores. Enquanto a investigação de dumping rola - e demora -, eles antecipam **importa**ções do produto investigado, estocam e, assim, se livram da sobretaxa que vier a ser decidida. Só na última terça-feira a Camex decidiu cobrar retroativamente a sobretaxa.

Para fortalecer essa estrutura, o **Ministério** do **Desenvolvimento** diz que vai contratar 120 novos investigadores e tentar encurtar de 18 meses para 10 meses o prazo de conclusão de uma investigação de dumping.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Indústria brasileira está sem crescer há três anos

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Câmbio valorizado, custo Brasil e excesso de oferta mundial explicam paralisia do setor de transformação

A indústria de transformação brasileira parou de crescer há três anos, freada pelo câmbio valorizado, pelo custo **Brasil** e pelo excesso de oferta mundial, informa o repórter Fernando Dantas. Pelos números do **PIB**, a expansão da indústria de transformação de julho de 2008 a julho de 2011 foi de apenas 1%, comparada à da construção civil (7,8%) e à dos serviços (10,5%). O emprego industrial cresceu apenas 2,2% naquele mesmo período, ante 13,7% na construção civil e 11,8% nos serviços. A persistência dessa situação leva alguns economistas a defender a idéia de que o problema da indústria não é conjuntural, mas sim estrutural.

Indústria parou de crescer há 3 anos

Desde julho de 2008, a indústria cresceu apenas 1%, refletindo problemas como câmbio, custo **Brasil** e perda de espaço na economia

Fernando Dantas / RIO - O Estado de S.Paulo

A indústria de transformação brasileira parou de crescer há três anos, freada pelo câmbio valorizado, pelo custo **Brasil** e pelo excesso de oferta mundial. Desde julho de 2008, logo antes do início da crise global, praticamente não houve crescimento da **produção** de manufaturados nem do nível de emprego no setor. Pelos números do **PIB**, a expansão da indústria de transformação de julho de 2008 a julho de 2011 foi de apenas 1%, comparada a 7,8% para a construção civil e 10,5% para os serviços.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange as seis maiores regiões metropolitanas, o emprego industrial cresceu apenas 2,2% naquele mesmo período. Enquanto isso, o emprego se expandia em 13,7% na construção civil e 11,8% nos serviços.

A pressão sobre a indústria fica clara na migração de fábricas de empresas nacionais para o exterior, como na recente decisão da Paquetá Calçados de transferir a unidade **exporta**dora de Sapiranga (RS) para a República Dominicana.

A desaceleração do **PIB** do segundo trimestre para 0,8% (3,2% em ritmo anualizado) ante os três primeiros meses do ano, na série sem influências sazonais, teve como freio principal a quase paralisia da indústria. O ritmo foi de apenas 0,2% (0,8% anualizado).

No setor industrial, porém, o item que de fato segurou o crescimento foi a indústria de transformação, com expansão nula. A transformação corresponde a 62% da indústria, e abarca todas as manufaturas. Não fazem parte da indústria de transformação o segmento extrativo-mineral, a construção civil e eletricidade, água, esgoto e limpeza urbana.

A fraqueza da indústria de transformação também fica clara no fato de que o seu nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) pode cair abaixo da média histórica nos próximos meses, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Todo esse quadro de enfraquecimento industrial pesou na decisão do Banco Central de cortar a taxa básica, a Selic, em 0,5 ponto porcentual, para 12%, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Mas o fato de que a paralisia já dura três anos leva alguns economistas a defender a ideia de que o problema na indústria não é conjuntural, mas sim estrutural. Nessa visão, a indústria está perdendo peso relativo dentro da economia, atingida por uma combinação de fatores que favorece a agricultura, as matérias-primas e o setor de serviços.

"A indústria da transformação hoje está no nível de três anos atrás e a inflação está fortíssima; não dá mais para fazer um diagnóstico da inflação olhando a indústria", diz Samuel Pessôa, economista da consultoria Tendências.

O câmbio valorizado é apontado consensualmente como a principal causa da estagnação na indústria, ao atrair a competição **importa**da e dificultar as **exporta**ções. A desvalorização desde junho, de 8,4%, de R$ 1,54 por **dólar** para R$ 1,68, é um pequeno alento, mas ainda está muito longe de resolver o problema de competitividade da indústria.

Em termos de quantidades, o **Brasil exporta** hoje menos produtos manufaturados do que em 2008, segundo dados da Fundação Centro de Estudos do **Comércio** Exterior (Funcex). A queda, comparando o primeiro semestre de cada ano, é de 17%.

Já a participação da indústria de transformação no total **exporta**do caiu, entre 2008 e o primeiro semestre de

2011, duas vezes mais que entre 2002 e 2008, em pontos porcentuais. Dessa forma, a proporção era de 80% em 2002, 70% em 2008 e 50% no primeiro trimestre de 2011. / COLABOROU ALESSANDRA SARAIVA.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Importados derrubam uso da capacidade instalada

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Alessandra Saraiva / RIO - O Estado de S.Paulo

O uso da capacidade instalada pela indústria da transformação, que antes da crise de 2008 chegou a ficar próximo ao limite, beirando 87%, foi derrubado pela concorrência com importados e pela desaceleração da demanda interna.

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feito a pedido da Agência Estado, mostra que a redução do nível de capacidade se espalha rapidamente no setor industrial. De 14 segmentos analisados, oito operavam em agosto com Nível de Utilização de Capacidade Instalada (Nuci) abaixo de suas médias históricas.

A FGV alerta que o Nuci geral da indústria da transformação, que atingiu 83,6% em agosto, o mais fraco para este mês desde a crise, pode ficar abaixo da média histórica de 83,3% já nas próximas apurações.

O tombo foi mais sentido nas indústrias de bens de consumo não duráveis, como a de alimentos; de bens intermediários, como aço; e semiduráveis. Neste último segmento estão os casos mais graves. A indústria têxtil operou com Nuci de 82,7% em agosto, quase 4 pontos porcentuais abaixo de sua média histórica desde 2003 (86,4%). Já a indústria metalúrgica teve Nuci de 85%, também quase 4 pontos porcentuais inferior à média histórica (88,9%).

Na metalurgia, as indústrias com recuo mais intenso em uso de capacidade foram as de ferro, aço e metais não ferrosos. Este cenário já impacta a **produção** de alguns segmentos. O Instituto Aço Brasil (IABr), alegando desaquecimento, estoques elevados e concorrência de **importa**dos, diminuiu em 8% a projeção de **produção** de aço bruto no País, de 39,4 milhões de toneladas para 36,3 milhões de toneladas.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Chanceler brasileiro alerta para risco de nova recessão

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / GENEBRA

O chanceler brasileiro Antonio Patriota adverte que o mundo corre de fato o risco de caminhar para uma "segunda crise". Em discurso ontem em Genebra em evento sobre estratégia, o ministro de Relações Exteriores deixou claro que um novo enfraquecimento da economia mundial teria profundas repercussões negativas.

Nos últimos dias, entidades em diversos países vêm alertando para o risco de que a recuperação da economia mundial, depois do colapso de 2008, tenha chegado ao fim. Os mais pessimistas, porém, já alertam para uma nova recessão.

Patriota não esconde que esse é um cenário que, na mente do governo, começa a preocupar de fato. "Saímos de crise (de 2008). Mas talvez estejamos indo a uma segunda crise de proporções enormes", alertou.

No governo de Dilma Rousseff, a perspectiva de uma queda do crescimento mundial já faz parte dos cálculos dos técnicos. A perda de fôlego teria um impacto nos investimentos recebidos pelo país, no acesso ao crédito e nas **exporta**ções. Em 2008, o **Brasil** não ficou imune à recessão mundial, ainda que tenha saído da crise antes dos países ricos.

Ritmo. Dados da OCDE, por exemplo, já indicam que a nova desaceleração da economia mundial já afeta o **Brasil** e que o crescimento das **exporta**ções será impactado nos próximos meses. Patriota ainda alerta que, se os países do Bric hoje garantem em grande parte o "vigor" da economia mundial, esses governos ainda não têm uma voz proporcional na formulação de decisões sobre o cenário internacional.

Ontem, o chanceler ainda se reuniu com o diretor da Organização Mundial do **Comércio**, Pascal Lamy, para debater justamente o entrave nas negociações da Rodada Doha. Essa foi a primeira reunião de Patriota em Genebra com a OMC desde que Dilma assumiu o governo.

Segunda crise

ANTONIO PATRIOTA MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES

"Saímos de crise (de 2008). Mas talvez estejamos indo para uma segunda crise de proporções enormes."

"Os governos dos Brics ainda não têm uma voz proporcional na formulação de decisões sobre o cenário internacional."

VEÍCULO
FOLHA DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Ministério Público teme explosão de gastos com a Copa

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Governo estima custo de R$ 23,4 bilhões, mas associação de infraestrutura calcula R$ 84,9 bilhões só em investimentos

Estimativas divergentes de custo levam o **Ministério** Público a temer uma explosão nos gastos da Copa 2014. O Portal da Transparência do **Governo Federal** estima despesas de R$ 23,4 bilhões na preparação.

Para a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, que **monitor**a os custos, só os investimentos em aeroportos, portos, segurança, arenas e mobilidade urbana devem chegar a R$ 84,9 bilhões.

Segundo Athayde Ribeiro Costa, procurador e membro do Grupo de Trabalho da Copa, o descontrole orçamentário aumenta o risco de corrupção.

Custo da Copa corre o risco de explodir

Para o **Ministério** Público Federal, projetos são falhos e falta transparência aos números do Mundial de 2014Portal do governo afirma que torneio vai exigir R$ 23,4 bilhões; site de entidade de empresários, R$ 84,9 bi

AGNALDO BRITO

DE SÃO PAULO

O custo da Copa-14 pode repetir os problemas do Pan-Americano do Rio em 2007, quando o valor final do evento superou em 10 vezes o orçamento original. A menos de três anos para o Mundial, o país ainda não tem as contas fechadas para o torneio.

O Portal da Transparência do governo, montado pela Controladoria-Geral da União, diz que a Copa custará R$ 23,4 bilhões.

A Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), que tem acordo de cooperação técnica com a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e o **Ministério** do Esporte, trabalha com outros números.

Estima em R$ 112 bilhões o custo total do Mundial e em R$ 84,9 bilhões, se considerado o recorte feito pelo Portal da Transparência, com o cálculo incluindo só aeroportos, portos, segurança, arenas e mobilidade urbana.

O MPF (**Ministério** Público Federal) acha que essa situação conduz o país ao risco de uma explosão de custos.

O alerta é do procurador-chefe do **Ministério** Público Federal do **Amazonas**, Athayde Ribeiro Costa, atual coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo 2014.

O GT Copa, como é chamado, reúne procuradores das cidades-sede destacados para fiscalizar obras e serviços demandados pelo Mundial.

A Procuradoria se preocupa com a falta de transparência nos investimentos, a precariedade dos projetos, os atrasos nas obras e a qualidade das garantias que serão os arrimos de financiamentos e o uso do RDC (Regime Diferenciado de Contratações), sistema que deve ser usado para acelerar licitações.

SEM DETALHAMENTO

"Há grande risco em financiar obras com projetos falhos e sem detalhamentos. Isso porque o valor da obra será feito em estimativas aleatórias e futuramente serão demandados aditivos acima dos limites legais", diz Costa.

Segundo ele, o temor de que a desorganização conduza a uma situação de descontrole está se confirmando. Com esse quadro, "aumentam riscos de sobrepreço, de paralisação de obras, de obras inacabadas e de corrupção", afirma Costa.

Por isso, o GT Copa ajuizou no Supremo Trigunal Federal ação direta de inconstitucionalidade contra o Regime Diferenciado. "O RDC é uma porta para a falta de controle dos gastos e para problemas que podem levar à elevação de custos", afirma José Roberto Oliveira, representante do GT em São Paulo.

No Estado, oito ações de fiscalização estão em andamento, mas o foco agora é o financiamento do Itaquerão, estádio que pode abrir a Copa-14 em São Paulo.

O **Ministério** Público quer detalhes sobre as garantias do Corinthians e da Odebrecht ao **BNDES**, o financiador.

O banco estatal será chamado nos próximos dias a explicar ao MPF como será realizada essa operação.

No **Amazonas**, o MPF determinou à Caixa e ao **BNDES** a suspensão do repasses de recursos por falta de projetos para a construção do monotrilho e da arena **Amazônia**, em **Manaus**.

Os dois projetos devem consumir quase R$ 900 milhões e, segundo o MPF, não têm projetos executivos, o que eleva o risco de sobrepreço. Ainda de acordo com o MPF, são obras com custos atuais que não podem ser considerados definitivos.

Estado recebe US$ 18,4 bilhões em recursos estrangeiros e nacionais

Com os novos negócios do pré-sal, o reaquecimento da construção naval e da siderurgia, mais as obras previstas para as olimpíadas, o Rio passou à frente de São Paulo e de Minas, tornando-se o estado que mais recebeu investimentos no país em 2010. Levantamento de projetos anunciados por empresas estrangeiras e nacionais, elaborado pelo **Ministério** do **Desenvolvimento**, mostra que o Rio recebeu US$ 18,45 bilhões, enquanto São Paulo ficou com US$ 10,4 bilhões. Os americanos são os maiores investidores estrangeiros no estado. "O Rio hoje é a capital das novas oportunidades", diz Cristiano Prado, gerente de Competitividade Industrial da Firjan. Mas economistas e empresários alertam que, para garantir um **desenvolvimento** sustentável, o estado precisa de melhorias em infraestrutura, educação e saúde, além de políticas voltadas para o fortalecimento de pequenas e médias empresas.

Um Rio de negócios

Com pré-sal e Olimpíadas, estado atrai US$18 bi e lidera investimentos no país

Eliane Oliveira

Bruno Rosa

ORio de Janeiro se converteu em um polo de atração de investimentos e passou a ser a unidade da Federação que mais receberá recursos nacionais e estrangeiros nos próximos anos. De um total de US$268,8 bilhões anunciados para o **Brasil** em 2010, o Rio recebeu US$18,45 bilhões, saindo da 3ª posição em 2009 e indo para a 1ª no ano seguinte, segundo o Relatório de Anúncios de Projetos de Investimentos (Renai) de 2010, elaborado pelo **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), ao qual O GLOBO teve acesso. O estado passou à frente de Minas Gerais e São Paulo, que receberam, respectivamente, US$10,6 bilhões e US$10,4 bilhões.

A locomotiva desses investimentos bilionários é o petróleo na camada do pré-sal e o que a descoberta representa em termos de formação de cadeias de fornecedores dos mais variados segmentos da economia, como construção naval e siderurgia. Os americanos são os maiores investidores estrangeiros, com projetos específicos e em parceria com empresas brasileiras.

Atualmente, há projetos espalhados por todo o estado. Em São João da Barra, no Norte Fluminense, destacam-se a construção de uma usina para a **produção** de placas de aço pela Ternium, no valor de US$6 bilhões, além da construção do Superporto do Açu, que vai consumir outros R$3,4 bilhões. Em Itatiaia, no Sul do estado, a Michelin destina R$1,1 bilhão a uma fábrica de pneus e a Procter & Gamble vai ampliar seu centro de distribuição. A MAN Latin America, fabricante de caminhões e ônibus Volkswagen, investe R$150 milhões na ampliação de sua unidade fabril de Resende.

Em Angra dos Reis, a Technip destina R$700 milhões na ampliação do porto da cidade. Já a Rolls Royce vai destinar US$60 milhões para construir fábrica de geradores de turbinas para a **produção** de energia em plataformas de petróleo em Santa Cruz.

Cresce o interesse de estrangeiro

O coordenador do Renai, Eduardo Celino, destaca que o **mercado** fluminense conta também com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016:

- A força de atração do Rio e o interesse dos investidores no **Brasil** como um todo mostram a confiança das empresas.

Cristiano Prado, gerente de Competitividade Industrial e Investimento do Sistema Firjan, ressalta que o Rio nunca recebeu tanto investimento. Nos próximos três anos, receberá ainda R$181 bilhões. E destaca a criação de centros tecnológicos e a implantação de fábricas do setor de energia.

- Copa e Jogos representam uma parte, já que o petróleo recebe muitos recursos. Além disso, destaque para o setor de infraestrutura, como o Superporto de Açu. O setor naval é outro segmento que renasce. O Rio é hoje a capital das novas oportunidades.

A Wärtsilä, empresa finlandesa que atua no setor naval e na geração de energia, tem planos ousados para o Rio. Além de investir US$12 milhões em uma fábrica em Itaguaí,

destina R$15 milhões a um novo centro de manutenção, que ficará em Niterói. O espaço ficará pronto em setembro de 2012. Além disso, prepara uma nova sede, no Centro do Rio.

- Temos 250 funcionários. Mas queremos triplicar esse número até 2013, pois temos plano de expansão para Macaé. Embora haja recursos aqui, buscamos recursos diretos na matriz. Há dois gargalos no Rio, como a falta de espaços na cidade e a falta de mão de obra. Existe qualidade, mas não quantidade - diz Robson Campos, presidente da Wärtsilä.

- De olho no crescimento do consumo consciente, investi R$2 milhões em uma fábrica em Maricá para a **produção** de aerogeradores (de energia eólica) - diz Luiz Cézar Pereira, fundador da Enersud.

Faltam terrenos para empresas

Segundo cálculos da Rio Negócios, agência oficial de promoção de investimentos da cidade, 14 empresas já investiram R$1,8 bilhão no Rio, gerando 1,2 mil empregos diretos desde maio de 2010. Para os próximos 18 meses, já estão acertados R$1,3 bilhão em recursos e a promessa de 4,2 mil postos de trabalho.

-- O que mais surpreende é que todo o estado está recebendo investimento. Se antes os recursos eram concentrados em commodities, agora é mais diversificado. O número de missões de empresas estrangeiras é recorde. Em 2010, foram 63. Este ano, até setembro, chega a 53 - diz Prado.

Um exemplo desse bom momento é o Parque Tecnológico da UFRJ, que não tem mais espaço para receber empresas. Nos últimos dois anos, diversas companhias se instalaram no local. Na lista, a francesa Schlumberger, as americanas Baker Hughes e FMC Technologies, do setor de petróleo e gás, e a Usiminas, do setor siderúrgico, além das multinacionais Halliburton e Tenaris Confab. EMC, BG e Siemens venceram a licitação pelos últimos três terrenos disponíveis.

- Não temos mais terreno para empresas de grande porte. Temos um espaço de 20 mil metros quadrados, onde vamos criar a Torre da Inovação, e alugar para pequenas e médias empresas. Estamos conversando com o Exército para ampliar a área do parque. Esperamos que as conversas estejam concluídas até o fim do ano. Há uma ideia de levar o parque para outras áreas, como Benfica e Bonsucesso - diz Mauricio Guedes, diretor do Parque Tecnológico da UFRJ.

Em São João da Barra, a LLX, responsável pelo Superporto do Açu, tem 70 negociações em andamento com empresas dos mais variados setores.

- São empresas que querem investir no Rio - diz o presidente da LLX, Otávio Lazcano.

É a segunda vez que o Rio lidera a lista de maior receptor de investimentos produtivos. O estado esteve em primeiro lugar em 2005. O Renai passou a ser elaborado pelo **MDIC**, em 2003. Celino destacou que as informações, de forma geral, acompanham os números do IBGE sobre formação bruta de capital fixo (investimentos) e de análises de projetos e desembolsos.

Com Rio, Minas e São Paulo à frente, o Sudeste é o principal destino dos investimentos: 15% do total (US$40,3 bilhões). Coube ao Norte US$18,1 bilhões, devido à **Zona Franca** de **Manaus**. No Nordeste, Pernambuco é o destaque, com investimentos de US$7,3 bilhões em equipamentos de transporte e na **produção** de veículos. Rio Grande do Sul foi o principal destino do Sul (US$5,3 bilhões).

Empreendimentos crescem 42% no Brasil

BRASÍLIA. Estaria o Brasil vivendo um paradigma? De um lado, as indústrias de transformação sofrem com a concorrência dos importados chineses e esperam pelo pior, caso se confirme a desaceleração da economia mundial. De outro, o anúncio de investimentos no país bateu recorde histórico. A cifra de US$268,8 bilhões se distribui entre 794 projetos.

Para 2011, o valor deve ser bem maior, se os números computados até agora se mantiverem. Dados preliminares mostram que, de janeiro a agosto, os anúncios atingiram US$238 bilhões, um aumento de 42,1% em relação ao mesmo período de 2010.

A indústria extrativa em geral, incluindo petróleo e mineração, foi a que mais se destacou, com US$113,9 bilhões, com 42,4% do total. A maior parte desses investimentos vai para petróleo e gás.

- Isso se deve ao pré-sal e ao interesse mundial pelas commodities, notadamente minério de ferro - disse Eduardo Celino, coordenador do Renai.

Além dos projetos previstos para o Rio, ele destacou investimentos de US$5,6 bilhões da Usiminas e US$5 bilhões do Grupo Gerdau em Minas Gerais. Os principais emissores são os EUA, bastante interessados em petróleo, seguidos de França e Japão. (Eliane Oliveira)

VEÍCULO
REVISTA CARTA CAPITAL

EDITORIA

TÍTULO
A história na mão

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Celso Amorim relata momentos decisivos da diplomacia brasileira no governo Lula.

A obra merece atenção, no mínimo, por expor algo do pensamento de alguém que o especialista em relações internacionais Daniel Rothkopf- classificou na Foreign Policy de outubro de 2009 como "o melhor chanceler do mundo", continua influente nas relações exteriores brasileiras, é o atual ministro da Defesa e, provavelmente, virá a cumprir outros papéis intelectual e politicamente **importa**ntes. Mas, principalmente como testemunho em primeiríssima mão da estratégia e dos bastidores do Itamaraty em uma época decisiva para o **Brasil** e o mundo, na qual os países do Sul começaram a descobrir e usar sua força.

Em Conversas com Jovens Diplomatas (editora Benvirá, 616 págs., - R$ 64,90) Celso Amorim reúne 20 palestras a alunos do Instituto Rio Branco, de 2005 a 2010. Naturalmente, não poderia haver nelas nada de confidencial, mesmo na época em que foram proferidas, mas o quadro que delas emerge pode surpreender até quem acompanhou o processo.

O divisor de águas, ao qual Amorim frequentemente retorna em suas explicações - mas cuja importância esteve longe de ser óbvia na época - foi a Declaração de Brasília de 6 de junho de 2003, na qual foi criado o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). Em torno desse eixo, com apoio da China, articulou-se o G-20 que bloqueou as pretensões norte-americanas e europeias de concluir a seu gosto a Rodada de Doha das negociações da OMC na conferência de Cancún de setembro de 2003. Até então, as negociações eram polarizadas entre os EUA e a Europa, com os países periféricos colocando-se ao lado do primeiro (latino-americanos e países do sudeste Asiático, interessados na abertura dos **mercado**s agrícolas) ou da segunda (africanos e Índia, mais protecionistas). A partir daí, passaram a ser triangulares.

Pouco depois, desmanchou-se no ar a Alca, projeto dos EUA que parecia sólido e inevitável. Seguiram-se iniciativas impensáveis no governo anterior: a articulação da União Sul-Americana (Unasul), a formalização do grupo BRICS e a ação diplomática independente do **Brasil** em Honduras e no Oriente Médio, ao mesmo tempo que o **comércio** exterior brasileiro, antes focado no Norte, passou a se dirigir cada vez mais a países do Sul, notadamente África, América do Sul e China.

Além da importância dessa virada, outro motivo condutor é o que se expressa no título do terceiro capítulo: "O perigo de ficarmos só voltados para o ideal é a irrelevância. O de estarmos totalmente voltados para o realismo é a inação". Há diferentes formulações e aplicações dessa tese, mas está presente o tempo todo. O "ideal", nesse contexto, é o ponto de vista da utopia, o voluntarismo de quem exige uma política externa incondicionalmente moldada por valores revolucionários ou humanistas, sem levar em conta o estado-do mundo. O "realismo" é a aceitação igualmente incondicional da realidade tal como se apresenta, o pragmatismo cínico que vê nos diplomatas meros -representantes comerciais dos -produtos brasileiros.

Amorim vê sua estratégia como uma permanente busca de equilíbrio entre a análise da realidade e o desejo político-de realizar. Mesmo que sua política- -tenha parecido "utopia", do ponto de vista de editorialistas e -colunistas que desde os anos 90 -menosprezam as -relações com o Sul, pontificam que a prioridade do Brasil- devia ser aprender a se comportar -como província do Império e montar um lobby em Washington para melhor competir com os argentinos ou mexicanos e veem nos diplomatas -nada mais que representante-s comerciais dos produtos- brasileiros-.

Esse equilíbrio passa quase sempre, na visão do ex-chanceler, pela criação e fortalecimento das instituições internacionais. É nesses termos que se explica a contínua dedicação à OMC e ao Conselho de Segurança da ONU, apesar dos poucos resultados, tanto quanto ao **Mercosul** e Unasul, mais bem-sucedidos. E igual defesa da existência da OEA como fórum entre América Latina, Estados Unidos e Canadá, apesar da crescente autonomia das articulações latino-americanas - e de Lula, depois da V Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, de 2009, ter dito que "a próxima incluirá Cuba ou não existirá".

Para Amorim, a consolidação de regras e organizações é a única forma de defender os interesses dos fracos ante os mais fortes. Sem entidades como a OMC, a ONU ou a OEA, nada impediria as potências de impor sua vontade

diretamente aos países menores, nem esses teriam a quem recorrer contra seus abusos. Desde que as regras de fato tenham algo a oferecer aos mais fracos, é claro: foi ele mesmo quem impôs à Rodada de Doha da OMC e à Alca condições e exigências que os países ricos não aceitaram. No primeiro caso, aparentemente Amorim lamenta, pois acredita que ao ser suspensa em 2008, ao fim do mandato de Bush júnior, a negociação chegava a um acordo aceitável e benéfico para o **Brasil** e para a maioria dos países do G-20.

Já no caso da Alca, a história é outra. A Amorim chegou a parecer impossível não tê-la e ser preciso buscar o melhor acordo possível dentro desse projeto: o Itamaraty estava quase sozinho, tanto no cenário político interno quanto no do **Mercosul**. Tentou ganhar tempo e "desentortá-la", como diz, mas parece ter ficado mais satisfeito com seu abandono aparentemente definitivo. Segundo ele, o principal objetivo dos setores que a defendiam nunca foi abrir **mercado**s dos EUA a tais ou quais produtos brasileiros, mas sim "travar" (lock in), petrificar, tornar irreversíveis pelos compromissos externos a abertura do **mercado** e as reformas neoliberais, de forma muito mais extrema que a exigida pela OMC: ausência de política industrial, privilégios ao investimento estrangeiro e aceitação das normas estadunidenses de propriedade intelectual.

Esse misto de pragmatismo, legalismo e vontade política foi proveitoso. Hoje estaria fora de lugar a arrogância dos EUA de 2003, quando Robert Zoellick dizia que o Brasil, se não entrasse na Alca, teria de "**exporta**r para a Antártida". Mas agora em 2011, com o **Brasil** e o G-20 já em posições de maior força, qual será o equilíbrio correto entre a nova realidade e a utopia? Certamente, estará em ousar ainda mais e não em se acomodar ou recuar. ?

Antonio Luiz M. C. Costa

Antonio Luiz M.C.Costa é editor de internacional de CartaCapital e também escreve sobre ciência e ficção científica.